

**Presidência****PORTARIA Nº 56, DE 11 DE ABRIL DE 2019.**

Altera o inciso XI do art. 2º da Portaria CNJ nº 107/2018, que cria o Comitê Organizador do Fórum Nacional do Poder Judiciário para monitoramento e resolução das demandas de assistência à saúde.

**O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

**RESOLVE:**

Art. 1º O inciso XI do art. 2º da Portaria CNJ nº 107/2018, que cria o Comitê Organizador do Fórum Nacional do Poder Judiciário para monitoramento e resolução das demandas de assistência à saúde, passa a vigorar com a seguinte redação:

“XI – Willian Dib, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa);” NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro **DIAS TOFFOLI**

**PORTARIA Nº 57, DE 11 DE ABRIL DE 2019.**

Designa gestores para o Termo de Cooperação Técnica nº 017/2015.

**O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº CNJ nº 75/2019, resolve:

**DESIGNAR**

O Conselheiro Valdetário Andrade Monteiro, matrícula nº 2043, e o servidor Felipe de Brito Belluco, matrícula nº 2047, como gestor titular e substituto, respectivamente, do Termo de Cooperação Técnica nº 017/2015, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e a Ordem dos Advogados do Brasil –Seccional Distrito Federal.

Ministro **DIAS TOFFOLI**

**PORTARIA Nº 58, DE 11 DE ABRIL DE 2019.**

Designa membros do Comitê Gestor do sistema Processo Judicial Eletrônico –PJe.

**O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

**CONSIDERANDO** a edição da Resolução CNJ nº 185, de 18 de dezembro de 2013, que institui o sistema Processo Judicial Eletrônico –PJe como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais e estabelece os parâmetros para sua implementação e funcionamento;

**CONSIDERANDO** o art. 2º da Portaria CNJ nº 26 de 10 de março de 2015, que delibera sobre a composição do Comitê Gestor Nacional do PJe;